



Jovens Agricultores

REVISTA TRIMESTRAL #93

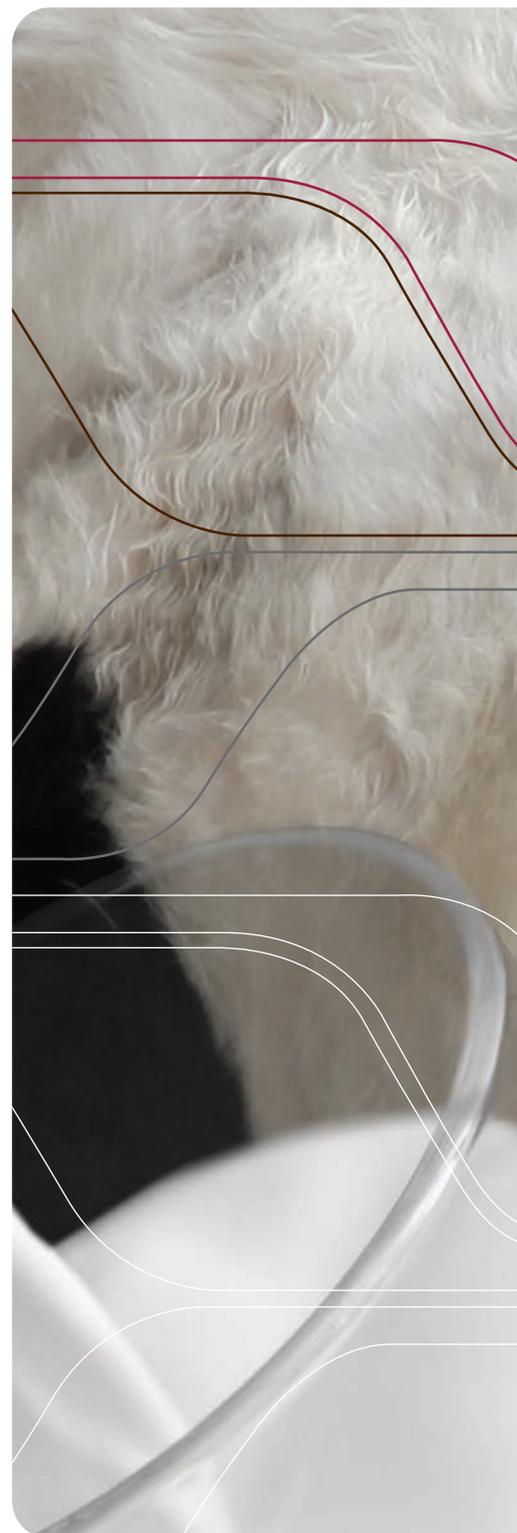
JAN|FEV|MAR| 2013 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal



O IMPACTO DA NOVA PAC
NO SECTOR ANIMAL

| | |
|--|----|
| EDITORIAL | 3 |
| A Irredutibilidade da Comissão Europeia Ricardo Brito Paes | |
| DOSSIER CENTRAL | 4 |
| Alimentação e Investigação – Que Caminho? Nuno Vieira e Brito Secretário de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar | |
| O Futuro do Sector Leiteiro numa PAC pós-2013 Maria do Céu Patrão Neves Eurodeputada do Parlamento Europeu | |
| O Impacto das Políticas Pecuárias Europeias no Desenvolvimento da Agricultura e Alimentação Henning Steinfeld, Anne Mottet, Ben Henderson e Caroline Chaumond Informação Pecuária e Análise e Políticas do Sector (FAO) | |
| O Apoio ao Sector Pecuário no Período 2014-2020 Gabinete de Planeamento e Políticas | |
| A Actividade Pecuária (de Pequenos Ruminantes) no Algarve, no Contexto do Futuro Período de Programação 2014-2020 Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve | |
| Avaliação Genética das Espécies Pecuárias Nuno Carolino Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. | |
| SER JOVEM AGRICULTOR | 16 |
| Jovem Empreendedor Na Bovinicultura Alexandre Catita | |
| REFERÊNCIAS DO MUNDO RURAL | 18 |
| ACRC- Associação de Criadores da Raça Cachena Alberto Ferreira Presidente da Associação de Criadores da Raça Cachena | |
| UM SECTOR EM ANÁLISE | 20 |
| Pagamentos Direcctionados para a Produção David Catita Associação de Criadores Limousine | |
| PUBLICIDADE | 22 |
| PUBLI-REPORTAGEM | 23 |
| Pellets: Produção e Características Visabeira Indústria | |
| MOÇAMBIQUE - OPORTUNIDADES | 24 |
| Tendências de Cooperação entre a AJAP e o Sector Agrário em Moçambique: Oportunidades, Desafios e Perspectivas Salim Cripton Valá Secretário Permanente do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) em Moçambique | |
| ASSOCIATIVISMO / PUBLICIDADE | 26 |
| Bolsa Nacional de Terras | |
| LEGISLAÇÃO | 27 |
| PUBLICIDADE | 28 |



A IRREDUTIBILIDADE DA COMISSÃO EUROPEIA

Ricardo Brito Paes | Presidente da AJAP



Numa altura conturbada da sociedade portuguesa, encontram-se em acelerado ritmo de desenvolvimento as negociações relativas à Política Agrícola Comum, objectivando as linhas de orientação do Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) para o período 2014-2020.

Atendendo à importância do Sector Leiteiro, a AJAP decidiu dedicar este número da Revista “Jovens Agricultores” ao Sector Pecuário, assumindo particular destaque os ecos da Comissão, do Conselho e do Parlamento relativamente ao fim do sistema de Quotas Leiteiras, facto extremamente penalizador para o Sector e para o País e que, ao contrário do veiculado, representa custos diminutos para o orçamento da União Europeia.

A AJAP, à semelhança de outras organizações, tem diligenciado junto de Bruxelas visando a manutenção do sistema de Quotas Leitas, no entanto a Comissão tem-se demonstrado irredutível.

Como alternativa, é proposto a Portugal o designado “Pacote Leite”. Este pretende privilegiar as relações contratuais entre a Produção e a Transformação, ao mesmo tempo que pretende reforçar o papel das Organizações de Produtores. Contudo, nada se assemelha ao sistema vigente.

A AJAP mantém ainda a expectativa de poder ver revertido o fim do Regime de Quotas Leiteiras em 2015, aquando da avaliação do “Pacote Leite” que será efectuada até Junho de 2014.

Ricardo Brito Paes

Ficha Técnica

Propriedade, Redacção e Edição AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970 | Fax: 213 431 490

Director Ricardo Brito Paes

Coordenação Departamento de Comunicação **Redacção** Departamento Técnico

Secretariado Olga Leitão **Departamento Comercial** Olga Sereno

Paginação AJAP | Miguel Inácio **Impressão** Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714 **Tiragem** 10 000 Exemplares

Periodicidade Trimestral **E-mail** ajap@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Com o apoio



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO DESPORTO
E JUVENTUDE, I. P.



ALIMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO – QUE CAMINHO?

Nuno Vieira e Brito | Secretário de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar

Como é sabido, o crescimento da atividade económica mundial abrandou, em particular nas economias do espaço europeu comunitário, que constituem os principais destinos das exportações portuguesas, incluindo as agroalimentares. Atualmente este sector em Portugal, representa um volume de negócios na ordem dos 14 000M€. Recordemos que o sector primário e a sua indústria contribuem positivamente para o bom desempenho nacional no impulso das exportações e consequente redução do défice externo. Porém Portugal, apenas será verdadeiramente autónomo quando atingir a sua autossuficiência alimentar na globalidade dos sectores.



Tendo em atenção esta meta nacional e que nos move a todos nós, Portugal tem desenvolvido um percurso que visa exatamente fomentar a autossuficiência e criação de valor acrescentado, meta essa descrita no Programa do Governo a ser atingida em 2020. São bons exemplos desta realidade a fileira do leite e lacticínios, responsável por 11,4% da produção nacional (720,58M€), cerca de 26,5% da produção animal e

representa ainda cerca de 6,4% das exportações agroalimentares na globalidade desta fileira.

Igualmente o sector das aves e dos ovos é atualmente autosuficiente, ovos para consumo 100% e sector das carnes de aves 96%, representando na sua totalidade um volume de negócios de 910M€. Sendo um sector em pleno desenvolvimento e inovação.

Para o desenvolvimento dos sectores mencionados contribui significativamente a utilização de cereais na alimentação

“... o crescimento da atividade económica mundial abrandou, em particular nas economias do espaço europeu comunitário, que constituem os principais destinos das exportações portuguesas, incluindo as agroalimentares. Atualmente este sector em Portugal, representa um volume de negócios na ordem dos 14 000M€. Recordemos que o sector primário e a sua indústria contribuem positivamente para o bom desempenho nacional no impulso das exportações e consequente redução do défice externo. ”

animal. Este sector é altamente desfavorável na balança comercial alimentar, muito por situações edafo-climáticas, apesar do melhor desempenho do milho neste tipo de produções. Este é um sector que consideramos importante dinamizar e desenvolver.

Importa também salientar a produção nacional de tomate,



produto este com longa tradição em certas regiões do país e com forte presença nos mercados internacionais há mais de três décadas.

A evolução registada nesta área, tomate produzido para a indústria, dá indicações de uma cultura altamente produtiva e sustentável. Portugal é o único país do mundo que exporta quase a totalidade de tomate transformado, 93%, com algum destaque dos grandes mercados da União Europeia e Japão. Na última década sobretudo depois de 2005 registou-se um aumento constante de exportação deste produto, com maior relevância para países terceiros. O saldo da balança comercial é manifestamente positivo, 83M€ e 142M€, respetivamente em 2000 e 2011, representando as quantidades importadas nos últimos 10 anos menos de 10% da quantidade exportada.

Poderíamos ainda referir outros bons exemplos de empreendedorismo e de sucesso como a produção e exportação do vinho, do azeite, das hortícolas e da fruta, que levam o nome de Portugal como referência de qualidade.

A área da Alimentação e do sector Agroalimentar, assim como a Investigação, constituem dois pilares importantes na soberania do nosso País, e são a missão desta Secretaria de Estado. A capacidade do nosso país de salvaguardar os seus recursos alimentares, a segurança e a permanente capacidade de investigar e de criar riqueza são matérias relevantes e, de certa forma, inovadoras, metas desta Secretaria de Estado. Igualmente, o apoio e a agilização da Administração associada à forte capacidade da indústria agroalimentar potenciarão a



colocação de produtos nos mercados externos, contribuindo para a sustentabilidade das empresas nacionais, gerando emprego e enraizando as populações no meio rural, restabelecendo os equilíbrios regionais e nacionais.

Neste sentido, a desburocratização, desmaterialização, inovação e o apoio a novos mercados, cada vez mais competitivos, são as nossas prioridades fundamentais, sem descurar nunca a regulação do sector, o cumprimento dos padrões de qualidade, um processo em constante desenvolvimento e aperfeiçoamento, para o qual contribuirá a investigação aplicada e desenvolvida por Instituições Científicas.

Todos estes fatores são, pois, decisivos para a afirmação de Portugal nos mercados internacionais mantendo a sua identidade própria.

Bibliografia estatística consultada:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=152295258&PUBLICACOESstema=55505&PUBLICACOESsmodo=2

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=134725522&PUBLICACOESstema=55505&PUBLICACOESsmodo=2

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados

<http://www.gpp.pt/GlobalAgriMar/Informacao/Docs/ComIntCAAnalise.pdf>

http://www.gpp.pt/pbl/Period/Agricultura_Economia_Portuguesa_2011.pdf



O FUTURO DO SECTOR LEITEIRO NUMA PAC PÓS-2013

Maria do Céu Patrão Neves | Eurodeputada do Parlamento Europeu

1. A Política Agrícola Comum: sentido da sua evolução

A expectativa em relação à reforma em curso da Política Agrícola Comum (PAC) e ao que será o futuro da nossa agricultura e pecuária são grandes entre o sector.

A PAC tem passado por sucessivas reformas e oscilado entre orientações diversas, com inflexões de sentido por vezes demasiado bruscas para os produtores que, a cada reforma, receiam as novas condições de produção impostas, que os obrigam a adaptações profundas nos modos de produção e a um clima de instabilidade cíclica.

Recordemos a génese da PAC, nos anos 50 e o imperativo de produção para alimentar uma Europa devastada pela II Guerra Mundial e uma população em forte crescimento. A “palavra de ordem” era então a de aumentar a produtividade agrícola, para o que foram disponibilizados subsídios significativos e criados sistemas susceptíveis de assegurar preços elevados aos agricultores.

Entretanto, nos anos 80, os níveis de produção agrícola eram tão elevados que a Europa se começou a debater com excedentes. Orientou-se por isso tanto para a exportação, para o que concedeu novos subsídios, como também para uma intervenção, destinada a garantir preços acima da produção através do armazenamento e da eliminação dos produtos. Começaram-se, então, a suceder as reformas - MacSharry em 1992, a reforma de 1999 ou Agenda 2000, a reforma de 2003, o exame de saúde em 2008 -, cada uma com a sua orientação específica se bem que, progressivamente, aprofundando um caminho via uma desregulamentação da produção, uma liberalização dos mercados e uma preocupação crescente com a mitigação dos impactos ambientais das práticas agrícolas.

São estas três orientações que se continuam a aprofundar na actual reforma em curso, através da proposta de novas práticas, com particular intensidade no que se refere à dimensão ambiental. Com efeito, desde as primeiras apresentações, oficiais, públicas, da proposta da PAC pós-2013 por parte da Comissão Europeia, que foi clara e inequivocamente afirmado que a PAC precisava de ser reformulada para assumir a obrigação de reduzir o seu impacto ambiental como também de contribuir para a preservação do ambiente e da biodiversidade, o que, por sua vez, deveria trazer uma maior

aceitação pública dos seus custos e uma diminuição da contestação do seu orçamento, até hoje o mais elevado na política europeia.

“A expectativa em relação à reforma em curso da Política Agrícola Comum (PAC) e ao que será o futuro da nossa agricultura e pecuária são grandes entre o sector.”

2. A Política Agrícola Comum: “ponto da situação”

A proposta da Comissão Europeia para a PAC pós-2013 foi apresentada a 12 de Outubro de 2011 e desde então, tanto o Conselho Europeu, como o Parlamento Europeu têm estado a apreciá-la e a revê-la de acordo com as posições maioritárias em cada um destes organismos co-legisladores na presente matéria. As respectivas posições estão quase tomadas: o Parlamento Europeu aprovou já os relatórios produzidos, em sede de Comissão da Agricultura e Desenvolvimento Rural, os quais serão sujeitos à votação do Plenário na segunda semana de Março. Os relatórios do Parlamento Europeu juntar-se-ão então aos do Conselho no tríplice, isto é, num fórum de conciliação de posições entre os co-legisladores e com a presença da Comissão. Só então, uma vez obtido um acordo, saberemos, de modo completo e rigoroso, como será a futura PAC.

Em todo o caso, há orientações bem vincadas que apenas poderão sofrer alterações no que diz respeito a valores e não quanto ao sentido de actuação. Refiro-me, ao nível do I Pilar, o dos Pagamentos Directos: ao desaparecimento do critério histórico para a determinação das ajudas por exploração e a sua conversão numa ajuda ao hectare; à aposta no sentido da convergência, quer externa, entre os vários Estados-membros, quer interna, entre os vários agricultores; à definição de agricultor activo, destinada a excluir indivíduos e entidades que têm uma outra actividade preponderante, e que dá ao Estado-membro muita flexibilidade para completar e ajustar essa definição; à majoração obrigatória de apoios a jovens; a um regime simplificado para os pequenos agricultores; à

transferência de fundos do I para o II Pilar e vice-versa; o "greening" ou "esverdeamento" com a sua imposição de rotação de cultivos, estabelecimento de uma área de interesse ecológico e de pastos permanentes e a existência de uma lista de práticas que, pela sua natureza, são consideradas como cumprindo os requisitos do "greening"; ao estabelecimento de 15% de pagamentos ligados.

No que se refere ao II Pilar, o do Desenvolvimento Rural, destaco apenas a alocação de 25% dos fundos para Medidas Agro-Ambientais e a obrigatoriedade dos fundos transferidos do I Pilar se destinem também a estas medidas.

Quanto à Organização Comum dos Mercados merece destaque: a possibilidade de actualização dos preços de referência, a intervenção pública e o armazenamento privado; o reforço das organizações de produtores e das associações; mecanismos de gestão de crises para algumas fileiras como as hortícolas e as frutícolas e ainda a do leite. Os sectores mais particularizados serão o do vinho, com a prorrogação dos direitos de plantação até 2030; o do açúcar, com a prorrogação também das quotas até à campanha 2019-20, a par de um sistema de requalificação do açúcar fora de quota; e o do leite, assumindo o documento já estabelecido do "pacote do leite" e rejeitando, neste caso, a prorrogação das quotas para além de 1 de Abril de 2015.

A implementação da PAC está, porém, bastante condicionada pelo orçamento que lhe for atribuído o qual, no momento presente, também ainda não é definitivo. Neste âmbito temos um acordo para o orçamento 2014-2020 ao nível do Conselho mas que, na sua forma actual, conta com a oposição do Parlamento. O Parlamento e o Conselho, com a presença da Comissão, deverão encetar negociações formais com vista à obtenção de um acordo a 22 de Abril, devendo este processo estar terminado em Junho/Julho. Apenas então, e no caso de se ter alcançado uma posição comum sobre o orçamento, saberemos o orçamento do I e do II Pilares de 2014 a 2020.

3. A nova Política Agrícola Comum e o sector do leite

A importância do sector leiteiro em Portugal, para além das crises cíclicas que sofre, a volatilidade dos preços que constantemente o afectam e ainda a iminência do fim do sistema de quotas, justificam o particular destaque que aqui lhe atribuo. E o primeiro aspecto que exige atenção é precisamente a irredutibilidade da Comissão, do Conselho e do Parlamento Europeu em reconsiderar o termo das quotas leiteiras. Todas as iniciativas dos eurodeputados portugueses (e foram muitas), a par de outras tomadas pelo governo da república, foram sistematicamente rejeitadas confirmando-se a inexistência de apoios para fazer vingar as nossas pretensões.

A alternativa proposta pela Comissão Europeia para o sector leiteiro, e sempre por mim denunciada como insuficiente, é a do "Pacote do Leite" que estabelece relações contratuais entre a produção e a transformação, e prevê o reforço do poder das Organizações de Produtores e Associações, estabelecendo também organizações interprofissionais. Em todo o caso, o "Pacote do Leite" não traz nada de verdadeiramente inédito – tanto as organizações interprofissionais como os contratos eram já possíveis –, nem nenhuma medida de regulação efectiva do mercado – os contratos visam uma adaptação entre a oferta e a procura, num mercado liberalizado, e um ajustamento entre o preço pago ao produtor e ao industrial, sem envolver a distribuição que determina realmente os preços. Assim sendo, o "Pacote do Leite" não pode ser perspectivado como uma alternativa às quotas.

Consciente desta realidade, a Comissão Europeia anunciou uma reavaliação do impacto do "Pacote do Leite" no sector até 30 de Junho de 2014, isto é, antes de terminar o último prazo para a manutenção das quotas, o que criará um novo momento propício para a reivindicação da sua prorrogação.

A reforma da PAC avança como uma nova e complementar medida para o sector que me parece interessante como tentativa de resolução dos desequilíbrios graves no mercado do leite e dos produtos lácteos e que prevê que, a partir do fim das quotas, em 2015, sempre que se venha a verificar uma crise no sector (e sabemos que ocorrem sensivelmente de 4 em 4 anos), a Comissão Europeia possa conceder, durante um período mínimo de três meses, susceptível de ser prolongado, ajuda aos produtores de leite que reduzam voluntariamente a produção em, pelo menos, 5%, face ao mesmo período do ano anterior. Paralelamente, a Comissão passa também a poder impor, durante um período mínimo de três meses, que também pode ser prolongado, limitações aos produtores de leite que aumentem a sua produção em, pelo menos, 5% face ao ano anterior. Este é um mecanismo que funciona simultaneamente como controlador do volume de produção dos maiores produtores e de apoio aos produtores mais pequenos e potencialmente mais afectados.

Em todo o caso, considero que os instrumentos europeus hoje disponíveis para a gestão do sector do leite, sendo suficientes para assegurar um volume de produção para toda a Europa, não assegura, nem favorece a que esta produção prossiga nos seus espaços geográficos tradicionais, nomeadamente em Portugal. Precisamos, pois, de mais instrumentos e/ou melhores instrumentos de regulação e de uma política para o sector que garanta a sua sustentabilidade, para o que todos somos chamados a contribuir.



O IMPACTO DAS POLÍTICAS PECUÁRIAS EUROPEIAS NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

Henning Steinfeld, Anne Mottet, Ben Henderson e Caroline Chaumond | Informação Pecuária e Análise e Políticas do Sector (FAO)

Os impactos da Política Agrícola Comum (PAC) na agricultura e segurança alimentar dos países em desenvolvimento são complexos e dinâmicos. Nos primeiros anos, o apoio directo aos preços ao produtor e as políticas de reembolso à exportação fizeram diminuir, sem dúvida, a pressão sobre os preços dos produtos pecuários, reduzindo os rendimentos dos produtores pecuários fora da União Europeia. No entanto, na segurança alimentar os impactos destas políticas são menos claros. Embora, no curto prazo, as famílias pobres não-agrícolas tenham beneficiado de preços mais baixos dos alimentos, é provável que esses benefícios tenham sido ultrapassados pelos seus impactos na inibição a longo prazo, da produção interna nos países em desenvolvimento.

No entanto, como o apoio ao produtor foi dissociado da produção durante o processo de reforma da PAC, estes impactos distorcidos da PAC nos mercados globais foram reduzidos significativamente. De facto, o retrato tradicional de uma Fortaleza Europa que está fechada às exportações de países em desenvolvimento, enquanto 'despeja' os grandes excessos de produtos agrícolas nos mercados desses países, já não se verifica, como acontecia no passado.

Todavia, há ainda margem para uma nova reforma da PAC, no interesse do desenvolvimento global equitativo da segurança alimentar. Ao manter alguns produtores solventes ineficientes, é provável que a PAC ainda conduza a uma maior produção na UE do que seria observado em condições equitativas de concorrência. E embora os mercados da UE se tenham tornado mais receptivos aos Países Menos Desenvolvidos (PMD), há espaço para estender este acesso a outros países em desenvolvimento.

E, embora importante, há também limites para quão longe as reformas da PAC podem ir na resposta a estes desafios. As referidas reformas devem ser acompanhadas com iniciativas que sejam eficazes na transferência de tecnologia e capacidade de produção e comercialização, para ajudar os países em desenvolvimento a "fechar o fosso" entre a produtividade da sua cadeia pecuária de aprovisionamento e as dos seus pares dos países desenvolvidos. A iniciativa da AJAP que consiste em parcerias com jovens empreendedores de Moçambique é um bom exemplo do que é necessário para que tal aconteça.

Notas das políticas da União Europeia

A PAC foi criada em 1962 para melhorar a produtividade e a viabilidade do sector agrícola da UE e para garantir a segurança alimentar. A PAC evoluiu no sentido da auto-suficiência a partir de 1980 e depois para uma situação, quase permanente, de excedentes, alguns dos quais foram exportados enquanto outros tiveram que ser armazenados ou eliminados dentro da UE. Foram criadas Organizações Comuns de Mercado para cada produto de forma a eliminar os obstáculos ao comércio intracomunitário de produtos agrícolas, e para manter uma barreira aduaneira comum em relação a países terceiros. Até há pouco tempo, as intervenções de mercado (reaquisição de produtos excedentes, fixação de preços em todo o mercado) e medidas de comércio (impostos aduaneiros, contingentes pautais e restituições à exportação) têm sido fundamentais para a PAC.

Desde a sua criação, a PAC tem estado num processo contínuo de reforma; intervenções no mercado foram reduzidas para que a PAC provoque menos distorções ao comércio mundial, o apoio aos preços foram substituídos por apoio ao rendimento e posteriormente por pagamentos dissociados, e medidas relacionadas com o desenvolvimento rural e regimes agro-ambientais assumiram uma parte crescente do orçamento da PAC. Enquanto que em 1980 os reembolsos à exportação e o apoio ao mercado consumiram todo o orçamento da PAC, em 2012 representaram apenas 1% do orçamento.

A reforma em curso (2014) continua na mesma direcção, introduzindo duas grandes mudanças: "convergência", que significa o pagamento de uma taxa fixa homogénea por hectare dissociada da produção; e 'greening', que alocará 30% do orçamento do Pilar I (ou seja, pagamentos directos) para medidas ambientais obrigatórias.

Pecuária da UE no contexto global

Impulsionada pelo aumento das populações humanas, rendimentos e urbanização, o consumo global *per capita* de produtos pecuários mais do que duplicou nos últimos 40 anos. Esta forte tendência de crescimento irá continuar, prevê-se que a procura duplique nos países em desenvolvimento e aumente em 70% para todo o mundo, até 2050. Grandes países emergentes, como China e Brasil, têm sido responsáveis por grande parte deste crescimento, no entanto, as regiões



com grandes populações em crescimento e baixos níveis actuais de consumo, incluindo o Sul da Ásia e a África Subsariana, assumirão esse papel nas próximas décadas.

Através da implantação de novas tecnologias, raças de maior produtividade, novos sistemas de alimentação e facilidades de criação, os sistemas de produção mais modernos e intensivos têm colmatado a maior parte do aumento da procura do consumidor. Estes sistemas são predominantemente de suínos e aves de capoeira em vez da produção de ruminantes, e são caracterizados pela aglomeração perto dos centros urbanos de mercado. Enquanto os sistemas tradicionais, dos quais muitas das pessoas mais pobres do mundo dependem para a sua subsistência e nutrição, ainda são fortes em muitos países em desenvolvimento, eles encontram-se, cada vez mais, sob pressões demográficas, económicas e ambientais. Em geral, os produtores tradicionais são frequentemente negligenciados nos programas de desenvolvimento do governo, e têm sido impedidos de participar no recente crescimento económico e nas oportunidades de desenvolvimento disponíveis para um sector pecuário mais moderno nos países em desenvolvimento.

Como os produtores dos países em desenvolvimento estão a lutar para manter o ritmo da procura interna, poderão continuar a existir oportunidades para a UE contribuir para a segurança alimentar através do fornecimento de produtos pecuários para esses mercados, a preços justos de mercado. Mas, enquanto 90% das exportações europeias de carne, lacticínios e ovos (cerca de 80 milhões de toneladas de produtos de origem animal) foi para países em desenvol-



vimento em 2011, apenas um crescimento anual, muito modesto, de 0,3% é projectado para a produção e consumo de produtos animais na UE, durante a próxima década. Assim, a capacidade de a UE proporcionar futuras oportunidades significativas de exportações para os produtores de países em desenvolvimento, ou para colmatar a procura de produtos pecuários dos países em desenvolvimento, é limitada.

No quadro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a redução da pobreza através do aumento do acesso ao mercado para os países em desenvolvimento é fundamental. E, embora o acesso do mercado europeu aos produtos agrícolas seja limitado por tarifas de importação e elevados requisitos de bem-estar sanitário e animal, a protecção aduaneira, actualmente, está praticamente desaparecida para os Países Menos Desenvolvidos (PMD) e para os países da África Caraíbas e Pacífico (ACP). A UE é o maior cliente do mundo para produtos agrícolas de países em desenvolvimento e absorve cerca de 85% das exportações agrícolas de África. Mas, como ainda são aplicadas elevadas tarifas no sector da carne para outros países em desenvolvimento, há espaço para aumentar ainda mais o acesso ao mercado consumidor da UE. No entanto, como mencionado, para enfrentar seriamente a segurança alimentar e a pobreza rural, as reformas da PAC por si só não serão suficientes. A UE também pode dar grandes passos no sentido de resolver esses desafios globais, através da transferência da sua vasta experiência na produção pecuária avançada e sustentável.

O APOIO AO SECTOR PECUÁRIO NO PERÍODO 2014-2020

Gabinete de Planeamento e Políticas

Em Outubro de 2011 a Comissão Europeia apresentou as propostas legislativas relativas à reforma da PAC, nomeadamente o Regulamento de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Regulamento de Pagamentos Diretos e o regulamento relativo à O.C.M. única.

O programa de Desenvolvimento Rural para o período 2014-2020

Foi divulgado, a 30 de maio de 2012, o documento de orientação que procurou definir a orientação base do programa de desenvolvimento rural para o período 2014–2020 (PDR) e promover o debate sobre as medidas que deverão integrar aquele programa. Decorrem as negociações relativas ao Regulamento do Desenvolvimento Rural e, simultaneamente, a preparação e elaboração do PDR da responsabilidade do Gabinete de Planeamento e Políticas.

O setor agro-florestal é produtor de bens transacionáveis, com um papel importante na economia nacional, revelando, em particular, capacidade exportadora, e contribui de uma forma positiva para o equilíbrio ecológico, através da preservação do meio ambiente, e para a sustentabilidade económica de diversas regiões portuguesas através da criação de riqueza e emprego no território. Contudo, embora com capacidade exportadora, o setor, designadamente o agroalimentar, continua a exibir níveis de autoaprovisionamento que revelam dependência do exterior. De facto, a nossa dependência externa relativamente a certos bens alimentares, nomeadamente cereais para alimentação animal, cujo grau de autoaprovisionamento se situa em torno dos 20%, sujeita à volatilidade dos preços dessas matérias-primas no mercado externo, contribui de modo significativo para o défice externo.

A visão estratégica para a agricultura e o desenvolvimento rural pretende orientar para a autossuficiência, em valor, do setor agroalimentar em 2020 promovendo a sustentabilidade de todo o território nacional. A formulação do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR) terá como princípio determinante a concentração dos apoios no setor e na produção de bens transacionáveis dirigida a agentes diretamente envolvidos na criação de valor a partir de atividades agrícolas e florestais.

Especificamente, o setor pecuário tem encontrado algumas dificuldades, a jusante da cadeia no que respeita ao preço

de importação dos alimentos para animais, que tem registado um comportamento muito volátil e incerto, com o consequente aumento dos custos de produção, e a montante não conseguindo refletir estes custos no preço de venda, devido à fragilidade da posição negocial da produção na cadeia.

As propostas apresentadas no âmbito da preparação da programação do futuro PDR, nomeadamente, a promoção da organização estrutural - quer através da criação de estruturas de cooperação horizontal, quer de cooperação vertical, designadamente através de organizações interprofissionais -, o apoio ao investimento nas explorações agrícolas, na transformação e comercialização, à inovação, aos jovens agricultores, constituirão oportunidades importantes para fomentar a produção agrícola de uma forma sustentável, uma das grandes prioridades do futuro PDR. No contexto do setor pecuário é ainda fundamental o reconhecimento da importância dos recursos genéticos autóctones e a possibilidade de apoiar a biodiversidade genética.

A participação ativa e concertada de todos interessados será essencial para a construção do próximo programa para o desenvolvimento rural.

“O setor agro-florestal é produtor de bens transacionáveis, com um papel importante na economia nacional, revelando, em particular, capacidade exportadora, e contribui de uma forma positiva para o equilíbrio ecológico, através da preservação do meio ambiente, e para a sustentabilidade económica de diversas regiões portuguesas através da criação de riqueza e emprego no território.”

Pagamentos Diretos

A proposta apresentada pela COM promove uma mudança substancial na conceção destes pagamentos, de que se destacam as componentes descritas em seguida.

Segundo a proposta apresentada, o regime de pagamento base, pagamento de apoio ao rendimento, basear-se-á nos direitos ao pagamento atribuídos ao nível nacional a todos os agricultores, em função dos respetivos hectares elegíveis no primeiro ano de aplicação. As dotações nacionais para os pagamentos diretos são ajustadas para que os Estados Membros que recebem menos de 90 % do pagamento médio por hectare da EU-27, reduzam um terço o diferencial. A este regime está associado o objetivo de convergência interna, cujo ritmo e grau se prevê venha a ser flexibilizado, fruto da evolução da negociação, face às propostas iniciais da Comissão.

O pagamento, ao hectare, por práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente - *greening*, procura assegurar uma melhoria do desempenho ambiental global da PAC, através da exigência de práticas que vão além da condicionalidade. Inclui a manutenção dos prados permanentes, a diversificação de culturas e a manutenção de uma superfície de interesse ecológico. Portugal tem defendido um pagamento *greening* mais flexível e adequado à especificidade da agricultura mediterrânica.

O pagamento para os jovens agricultores, pagamento anual por superfície, constitui um complemento do pagamento de base para jovens agricultores em primeira instalação, podendo ser concedido por um período máximo de cinco anos.

O regime de apoio associado - pagamentos ligados, de implementação voluntária, prevê pagamentos a tipos específicos de agricultura ou a sistemas agrícolas específicos que enfrentam certas dificuldades e com importância económica, ambiental e/ou social. Este apoio visa assegurar a manutenção da atividade agrícola, o emprego e a vitalidade das zonas rurais e constitui, embora de forma limitada, um meio de mitigar os efeitos negativos que decorrem da aplicação do princípio da convergência interna.

O regime para os pequenos agricultores, pagamento de montante forfetário, substitui todas as restantes componentes dos pagamentos diretos e poderá constituir um sistema mais simplificado de atribuição dos apoios.

Importa salientar que a este nível há ainda um conjunto de decisões a tomar internamente, em função do desfecho da negociação comunitária. Em todo o caso, apesar de ainda não existir proposta de legislação comunitária nesse sentido, a Comissão Europeia já comunicou aos Estados Membros que a implementação de regimes de apoio direto apenas

ocorrerá em 2015, o que irá implicar a adoção de regras transitórias, nomeadamente quanto à extensão dos regimes atuais de apoios ligados.

QUOTAS LEITEIRAS

Nas posições assumidas pelas autoridades nacionais, tem tido especial destaque a defesa da manutenção do regime de quotas leiteiras. Este regime tem-se revelado eficaz enquanto mecanismo regulador do mercado, contribuindo para a estabilização do mesmo, com custos orçamentais diminutos para o orçamento da União Europeia.

Pese embora os esforços de Portugal na defesa das quotas leiteiras, existe dificuldade em reverter a decisão quanto ao fim deste regime em 2015, adotada na Reforma Intercalar de 2003 e corroborada sucessivamente até ao exame de saúde da PAC de 2009, em que foi decidido o fim do regime de quotas em 2015.

Neste contexto, Portugal apresentou um conjunto de propostas de mecanismos alternativos de regulação da oferta num cenário de fim de quotas, conferindo à indústria o papel de informar das necessidades de mercado e à Comissão Europeia uma função de previsão, muito para além do papel que lhe está reservado na futura OCM, de acompanhamento e monitorização.

De modo a assegurar uma melhor regulação futura deste setor, devem ser assumidos e potenciados instrumentos, como seja, o chamado “pacote-leite”. A aplicação deste pacote de medidas a nível nacional, efetuado num diálogo com o setor, culminou com a decisão unânime de aplicar a obrigatoriedade de contratualização escrita para a totalidade das transações de leite cru a realizar no território nacional e levou à preparação da iniciativa legislativa aprovada recentemente em Conselho de Ministros e que entrará em vigor a partir de junho do presente ano. É de assinalar que este instrumento, não obstante o contributo que poderá dar no sentido de uma maior transparência e previsibilidade do mercado, não irá assegurar um nível de regulação equivalente ao do atual regime de quotas.

O otimismo sobre a evolução do mercado dos produtos lácteos, patente nas recentes avaliações da Comissão, parece não ter em conta a especificidade de Estados-Membros menos competitivos, como é o caso de Portugal, onde fatores como o custo da alimentação animal ou a dimensão média da exploração poderão pressionar a atividade, sendo essencial assegurar a manutenção do nível de organização ímpar que o setor apresenta, tendo em vista a melhoria da posição negocial na cadeia de valor por parte da produção.



A ATIVIDADE PECUÁRIA (DE PEQUENOS RUMINANTES) NO ALGARVE NO CONTEXTO DO FUTURO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014 – 2020

DRAP Algarve

O Algarve, como a maior e mais importante Região de Turismo Nacional, promovida nacional e internacionalmente enquanto destino turístico de excelência, revela-se igualmente na diversidade e qualidade dos seus produtos tradicionais, associados a “Terroirs” intensos e de qualidade reconhecida.

Evolução da atividade pecuária no Algarve

A atividade agrícola, particularmente a pecuária, que teve no passado uma expressão relevante na região algarvia, tem vindo a reduzir a sua expressão, de forma muito acentuada (quadro abaixo).

| | | 1989 | 1999 | 2009 |
|--------------------------------|--------------------|--------|--------|--------|
| Total de Explorações Pecuárias | | 16.288 | 8.291 | 5.959 |
| Ovinos | N.º de Explorações | 3.094 | 1.793 | 1.612 |
| | Efetivo | 69.000 | 68.217 | 45.009 |
| Caprinos | N.º de Explorações | 2.560 | 1.422 | 1.322 |
| | Efetivo | 27.900 | 22.351 | 15.575 |

Fonte: INE - RGA (1989, 1999 e 2009)

A exploração de caprinos assenta na produção de cabritos para venda no Natal e Páscoa, sendo o Natal o período onde o preço é mais elevado. Após a venda dos cabritos são iniciadas as ordenhas, e o leite destinado à transformação queijeira. A produção é sazonal e decorre normalmente até ao mês de Julho/Agosto. Como a base da alimentação dos animais é a vegetação espontânea, é na Primavera que se concentra a maior produção leiteira e consequente transformação em queijo. A comercialização de cabritos é principalmente destinada ao mercado do Norte do país, sendo bastante reduzido o consumo na região, enquanto o leite é destinado à transformação em unidades artesanais na região e a industriais de outras regiões (Portugal e Espanha). A produção artesanal de queijo de cabra é uma atividade com grande tradição nas zonas serranas e o consumo deste produto está enraizado nos hábitos alimentares da população.

Nos ovinos a produção está dirigida para o borrego, atualmente com um valor comercial baixo, o que muito tem contribuído para o abandono desta atividade.

A situação atual das raças autóctones algarvias

Em 1992 a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), lançou um programa internacional com o objetivo de “salvaguardar e difundir a diversidade genética, inventariar os recursos de cada região, detectar as raças que se encontram

em perigo de extinção e estudar e propor a forma de as proteger.” Paralelamente, os países membros da União Europeia incentivaram o desenvolvimento de ações visando o melhoramento e conservação das raças autóctones no seu habitat original.

A maioria das raças autóctones encontra-se em “risco de abandono”, segundo os critérios definidos no Regulamento nº 445/2002 da Comissão Europeia, registando-se em alguns casos situações bastante preocupantes. Os efectivos das raças autóctones algarvias, à semelhança do que ocorre a nível nacional, têm apresentado uma tendência decrescente. A Cabra Algarvia tem registado no Livro Genealógico 4002 animais, distribuídos por 55 produtores (ANCCRAL, 2013) e a Ovelha Churra Algarvia tem 2698 animais, distribuídos por 28 produtores (ASCAL, 2006). A raça caprina algarvia é tradicionalmente explorada em regime extensivo, principalmente nas zonas serranas. Tem o seu solar no concelho de Castro Marim, e está também bem implantada nos concelhos limítrofes de Tavira e Alcoutim. É uma raça de grande rusticidade e explorada na sua dupla vocação, leite e carne. Já a “Churra Algarvia”, é explorada em regime extensivo no litoral e barrocal algarvio. É uma raça bem adaptada ao meio e explorada para a produção de carne e lã. Por outro lado, realça-se os esforços e o trabalho desenvolvido, relativamente à “Recuperação da Vaca Algarvia”, que conduziu a alguns resultados interessantes. O processo de recuperação desta raça que se encontra em extinção é recente e vem sendo promovido pela ASCAL e outras entidades onde se inserem a DRAP Algarve e a DGAV. Está constituído o núcleo inicial de 7 fêmeas, do qual já resultaram 5 parições, pelo que importa prosseguir este trabalho, dando continuidade às propostas apresentadas pelo grupo de trabalho envolvido neste estudo.

Atualmente, subsistem ao nível regional alguns constrangimentos que podem obstaculizar seriamente a quaisquer esforços tendentes a inverter o cenário de declínio acima reflectido, como sejam:

- A inexistência de locais de abate próximo da produção;
- As dificuldades associadas ao atual modelo de financiamento das OPP (ex-ADS);
- A escala diminuta das explorações, só ultrapassável através da criação/reforço do papel e da representatividade das organizações de produtores existentes;
- Diminuta expressão dos circuitos comerciais de proximidade – fraca ligação com a gastronomia regional - Hotelaria e restauração.

Refira-se, contudo, que a situação de risco de extinção de muitas raças seria certamente muito mais grave se não existisse o conjunto de apoios integrados nas "Medidas Agro-Ambientais", que tem constituído um estímulo fundamental à sua manutenção e, em alguns casos, ao crescimento dos efectivos. Outro factor que muito tem contribuído para a manutenção dos efectivos de raças autóctones tem sido a progressiva afirmação comercial de muitas delas, tirando partido da qualidade dos seus produtos com denominação de origem.

A estratégia preconizada para as raças autóctones algarvias no próximo período de programação 2014-2020

O facto de os consumidores estarem cada vez mais informados e pretenderem ter garantias adicionais sobre a qualidade e segurança dos produtos alimentares, abre boas perspectivas para a afirmação comercial dos produtos certificados, nomeadamente daqueles provenientes das raças autóctones. Assim a orientação preconizada para o pós-2013 visa promover uma alteração na tendência de abandono que se tem vindo a acentuar nos últimos anos, fruto da reiterada debilidade do tecido produtivo no contexto dum mercado único, aberto, vasto, concorrencial e de grande agressividade, onde tem de imperar a qualidade, a organização e o sentido de oportunidade.

Por outro lado, é indispensável a quantificação e demonstração dos benefícios não produtivos da utilização dos recursos genéticos de origem animal, nomeadamente no equilíbrio ambiental, combate ao êxodo rural, integração na paisagem, turismo rural, componentes de manifestações culturais e de lazer, etc. Estas funções, ainda que naturalmente perceptíveis, não têm sido suficientemente valorizadas ou demonstradas, havendo necessidade de lhes dar maior visibilidade. Assim, há necessidade de encontrar novas vias para a promoção das raças autóctones com impacto, directo ou indirecto, na população em geral e nos consumidores em particular.

Em paralelo, urge apostar na promoção de um território equilibrado e socialmente coeso. Como? Intervindo ao nível dos pontos fortes identificados nas áreas deprimidas numa óptica dirigida para a melhoria da qualidade, incremento da valorização - apostando em nichos de mercado susceptíveis de proporcionar uma maior remuneração e no valor acrescentado aduzido pela transformação agro-alimentar e facilitação do escoamento das produções primárias e secundárias aí obtidas, através da consolidação de uma rede terciária, valorizando o património, os produtos e os saberes, salvaguardando a preservação da paisagem natural e humanizada e os princípios da sustentabilidade e da protecção do ambiente. Em suma, privilegiando a diferenciação em detrimento da massificação em paralelo com um enfoque na melhoria das condições de vida das populações locais. Em termos de condicionalismos que poderão afectar o futuro dos recursos genéticos animais, espera-se um maior grau de exigência dos consumidores quanto às garantias do produto animal, uma maior preocupação com

aspectos qualitativos, maior ênfase em questões ambientais e de bem-estar animal, e no desenvolvimento rural integrado, assim como uma procura acrescida de produtos biológicos.

A estratégia para as raças autóctones algarvias passará sempre pela optimização e complementaridade de estruturas de apoio à conservação dos efectivos, nomeadamente por uma boa articulação entre os serviços oficiais (MAMAOT), e destes com as Associações de Criadores das raças, incluindo o estabelecimento de normas para a monitorização, conservação e utilização dos recursos genéticos, considerando-se prioritária a compatibilização das políticas nacionais de sanidade animal e protecção da biodiversidade, a manutenção dos apoios financeiros à conservação de raças ameaçadas, a prevenção da erosão genética intraracial, e a investigação e aplicação de programas visando a caracterização e utilização sustentável dos recursos genéticos.

Em jeito de súmula, no próximo quadro de programação para 2014 – 2020 a atividade pecuária ligada às raças autóctones regionais deverá ser encarada como um setor produtivo estratégico e viável, cuja importância se sistematiza em 5 eixos principais:

(1)Produções tradicionais de qualidade – contributo para a diferenciação qualitativa da oferta regional de produtos agroalimentares (gastronomia regional - fornecimento das unidades de restauração e hoteleiras da região). Considerando a importância socioeconómica que ainda reveste a pecuária no contexto das zonas de Baixa Densidade / Serra Algarvia, pensamos que as 2 raças autóctones algarvias - "Cabra Algarvia" e "Ovelha Churra Algarvia" - deverão continuar a ser entendidas como prioritárias enquanto raças de elevado potencial genético e produtivo, associadas a produtos de qualidade reconhecida, como o "cabrito algarvio", o "queijo de cabra algarvio" e o "borrego churro algarvio", o que passa necessariamente pela valorização acrescida dos produtos certificados, por procura de novos produtos e mercados, e garantias de genuinidade dos mesmos.

(2)Controle de matéria combustível nos territórios rurais – os ruminantes são um auxiliar imprescindível no controlo da biomassa herbácea e arbustiva, com efeitos positivos na diminuição do risco de incêndio. Apoiar a instalação de explorações de pequenos ruminantes em sistemas agro-silvo-pastoris, com particular incidência nas zonas mais susceptíveis a incêndios ou onde os povoamentos florestais recentes já se apresentam como consolidados.

(3)Manutenção do rendimento e criação de emprego em meio rural – criação de condições favoráveis à manutenção da atividade humana nos territórios de baixa densidade. Por outro lado, os criadores das raças autóctones consideradas em vias de extinção têm vindo a receber apoios comunitários que permitam minimizar a perda de rendimento representada pela exploração destas raças, e compensem o papel fundamental que estas raças desempenham no desenvolvimento de zonas rurais fortemente deprimidas. Há, obviamente, necessidade absoluta de garantir que estes apoios irão manter-se no futuro, sob pena de estas raças voltarem rapidamente a ser votadas ao abandono, como aconteceu no passado.

(4)Preservação dos patrimónios genéticos (raças autóctones) – as Raças Autóctones constituem um património genético único e insubstituível que devemos preservar. É importante desenvolver acções que visem a conservação e caracterização "in-situ" e "ex-situ" das raças autóctones de diferentes espécies animais utilizadas na nossa agricultura, de forma coordenada. Estas acções destinam-se a manter a diversidade genética do efectivo pecuário, assim como a promover programas de melhoramento genético sustentáveis para cada raça, visando a melhoria da eficiência produtiva e os aspectos qualitativos, e minimizando o risco de erosão genética.

(5)Reforçar os apoios às organizações de produtores com vista ao relançamento da atividade pecuária e à protecção do património genético animal ameaçado - a experiência recente indica que o sucesso conseguido na manutenção dos recursos genéticos animais assentou sobretudo num conjunto de apoios técnicos e financeiros ao estabelecimento das Associações de Criadores, que têm a seu cargo a gestão do Livro Genealógico/Registo Zootécnico de cada uma das raças autóctones. Torna-se assim evidente a necessidade de assegurar a continuidade destes apoios e criar condições para a sustentabilidade futura destas organizações.



AVALIAÇÃO GENÉTICA DAS ESPÉCIES PECUÁRIAS

Nuno Carolino | Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.

Ao longo dos anos, o Homem tem utilizado duas ferramentas fundamentais para obter animais de forma a melhor satisfazer as suas necessidades: a seleção e os cruzamentos.

A seleção é o processo através do qual alguns animais, de uma determinada geração, tornam-se progenitores da geração seguinte. Isto é, de uma forma natural ou artificial, apenas alguns animais chegam a reprodutores, sendo os restantes eliminados ou não chegam a procriar, não deixando descendentes.

Desde a domesticação das várias espécies, até aos dias de hoje, as metodologias de seleção dos animais evoluíram substancialmente. Com especial relevo, a partir do século XX, estabeleceram-se gradualmente bases científicas que permitiram chegarmos aos dias de hoje a resultados espetaculares, nas mais variadas espécies, em termos de melhoramento genético.

Através da seleção e das várias teorias e técnicas da genética mendeliana, quantitativa e, mais recente, genómica, aplicadas na prática em organizados programas de melhoramento, foi possível que atualmente os animais atingissem níveis de desempenho, produtividade, competitividade, etc. que há anos atrás eram impensáveis, mesmo para os mais otimistas.

Em Portugal, desde 2008 que está a decorrer o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), com uma medida exclusiva de apoio à conservação e melhoramento dos Recursos Genéticos Animais. Desta forma, as várias Organizações de Criadores, que têm a seu cargo a gestão dos Livros Genealógicos das espécies pecuárias, apresentaram e implementaram individualmente um Plano de Conservação e Melhoramento para cada uma das raças oficialmente reconhecidas. Estes planos são logicamente diferentes em termos de critérios e objetivos de seleção (características que se pretendem melhorar), de acordo com as particularidades de cada uma das raças e vocação, mas apresentam alguns pontos em comum.

Todos os anos, os criadores das várias raças deparam-se com a tarefa de terem de selecionar os animais (machos e/ou fêmeas) para utilizarem como reprodutores. Ou seja, a partir dos animais disponíveis nos seus efetivos ou através da aquisição de animais de outras explorações, os criadores tentam escolher para futuros reprodutores, os indivíduos que possam vir a transmitir características desejáveis aos seus descendentes.

O nível produtivo (p.e., peso ao desmame, produção de leite por lactação, nº de filhos, etc.) pode ser um indicador do potencial genético do animal (efeito de diversos genes), mas é sabido que também pode ter uma influência ambiental (exploração, manejo, alimentação, época do ano, etc.), pelo que é fundamental separar estes dois componentes: genético e ambiental.

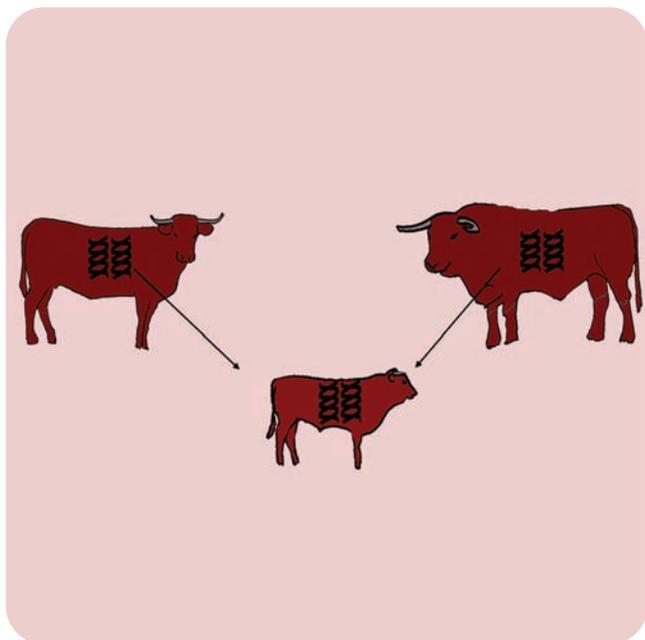
“Desde a domesticação das várias espécies, até aos dias de hoje, as metodologias de seleção dos animais evoluíram substancialmente. Com especial relevo, a partir do século XX, estabeleceram-se gradualmente bases científicas que permitiram chegarmos aos dias de hoje a resultados espetaculares, nas mais variadas espécies, em termos de melhoramento genético.”

Como um reprodutor transmite à descendência apenas parte dos seus genes e não as condições ambientais a que foi sujeito, interessa ao criador conhecer o valor genético dos animais, ou seja, qual o valor de um animal num programa de seleção ou o que o animal poderá transmitir à descendência. Os criadores devem identificar os animais geneticamente superiores para características mais importantes, para poderem vir a ser utilizados como reprodutores e, desta forma, transmitirem-nas aos seus descendentes.

O valor genético de um animal representa o seu valor como reprodutor e pode ser interpretado como a sua superioridade ou inferioridade genética para o carácter em causa, cuja metade será transmitida à descendência. A avaliação genética é a metodologia através da qual se estima o valor genético dos animais.

O sucesso da seleção e, conseqüentemente dos programas de melhoramento genético, dependem de vários parâmetros (precisão e intensidade de seleção, variabilidade genética, intervalo de gerações) que, por sua vez, dependem da quantidade e qualidade da informação disponível (individual ou familiar), da forma como esta é utilizada ou combinada, sendo essencial o método de seleção dos animais.

Existem diversos métodos de seleção dos animais, tais como seleção individual, seleção familiar - seleção pela ascendência e teste de descendência, seleção combinada ou índices de seleção, BLUP – Modelo Animal, seleção assistida por marcadores genéticos, etc. Na seleção individual os animais são selecionados apenas com base nas suas próprias performances, sendo, por isso mesmo, a metodologia mais simples e que apresenta grandes limitações. A seleção assistida por

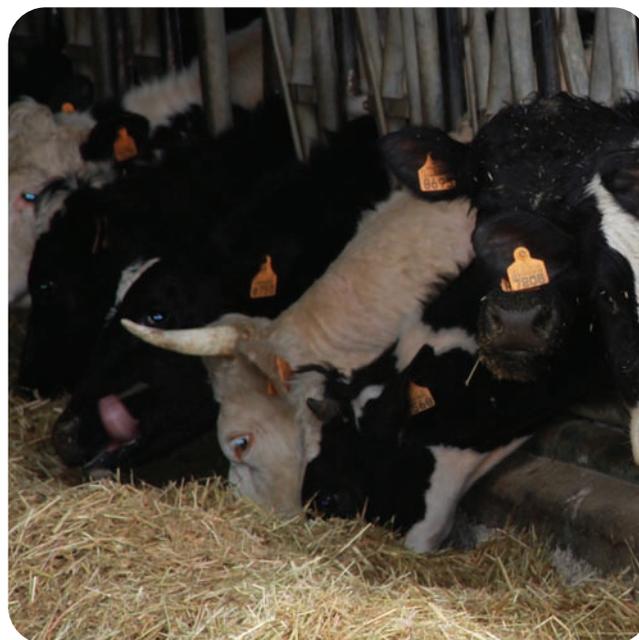


marcadores tem apresentado avanços substanciais nos últimos anos, particularmente em algumas características, tais como a resistência a doenças, mas apesar do seu interesse, a sua utilização a curto prazo dificilmente se poderá generalizar a todos os tipos de características com interesse para os criadores.

Atualmente, a nível internacional e em diversas espécies pecuárias (equinos, bovinos, ovinos, suínos, aves, caprinos, etc.) o recurso ao BLUP - Modelo Animal para a avaliação genética está generalizado. Trata-se de uma extensão da metodologia dos índices de seleção que permite estimar simultaneamente os valores genéticos de todos os animais (desde que tenham parentescos com indivíduos com informação produtiva) e os efeitos fixos (efeitos ambientais da exploração, idade, etc.). Quando comparado com a seleção fenotípica, apresenta diversas vantagens que, em termos práticos, significam

que o valor genético de um indivíduo predito pela metodologia BLUP - Modelo Animal considera:

- O mérito genético de todos os seus parentes mais ou menos distantes (pela inclusão da matriz de parentescos – relação de parentesco entre todos os animais).
- O valor genético dos participantes nos diferentes acasalamentos (isto é, um macho não será prejudicado por ser acasalado com fêmeas de mérito inferior ou vice-versa).
- Todos os registos produtivos disponíveis (registos repetidos no mesmo indivíduo, etc.).
- Os efeitos ambientais que um registo é sujeito (p.e., diferentes ambientes/explorações, época de nascimento, sexo, idade, etc.).



Através da avaliação genética com o BLUP - Modelo Animal, pretende-se estimar com a maior precisão possível o valor genético de cada animal para as diversas características de interesse para raça, com base na informação produtiva disponível (própria e de parentes) e levando em consideração efeitos ambientais que possam interferir na expressão do potencial genético (exploração, ano de nascimento, sexo, idade do animal, etc.).

A avaliação genética é uma das ações previstas na medida 2.2.2.3 do PRODER «Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos – Componente Animal» para que os criadores possam selecionar eficazmente os futuros reprodutores, de acordo como os objetivos de cada programa de seleção e, desta forma, obterem o desejado progresso genético das raças, tornando-as mais rentáveis e competitivas.



JOVEM EMPREENDEDOR

Na Bovinicultura

Nome: Alexandre Machado Ascensão Catita

Idade: 33 anos

Estado Civil: Casado

Habilitações: 12º Ano

Ano de Instalação: 2001

CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

Especialização Produtiva: Bovinicultura

Mão-de-Obra Permanente: O próprio



ENTREVISTA

1 – Quais os motivos que o levaram a enveredar pela actividade agro-pecuária, nomeadamente pela área da Bovinicultura?

Venho de uma família, tanto do lado materno como paterno, ligada à actividade agrícola, inclusive à bovinicultura. Quando me instalei como empresário agrícola, o facto da maioria da área da propriedade ser montado de azinho e o gosto pessoal por bovinos, foram os principais motivos que me levaram a enveredar pela área da bovinicultura.

2 – Que dificuldades foram sentidas antes da instalação, aquando da instalação e actualmente?

A idade avançada do meu avô apressou de tal forma a decisão da minha instalação que acabei por não sentir grandes dificuldades. Quando me instalei ainda estava a estudar informática em Lisboa mas com vontade de me dedicar a 100% à actividade agrícola, vontade essa que não demorou muito tempo para se realizar. Comecei com 36 bovinos mas foram-me atribuídas 80 quotas de vacas, tendo feito um plano de 3 anos para as completar e aí sim senti a primeira dificuldade da minha instalação. Quando me dediquei a tempo inteiro à actividade tinha dois empregados do meu avô e reduzi para um. Actualmente estou sozinho depois de perceber que uma exploração com a dimensão da minha para ser rentável tem que ser o próprio a gerir e a trabalhar e quando necessário recorrer a prestação de serviços.

3 – Em que medida a existência de um Quadro de Apoio à Instalação de Jovens Agricultores influenciou a sua decisão de se tornar Empresário Agrícola?

Como disse anteriormente, a rápida decisão em me tornar empresário agrícola não deu tempo para me informar dos apoios que existiam para jovens agricultores, mas quando quis fazer um projecto de instalação soube que depois de receber ajudas há mais de dois anos já não me era permitido, mesmo sendo jovem agricultor e nunca ter recebido apoio à minha instalação, apoio que tinha ajudado bastante em todo o investimento que já fiz.

4 – Procedeu a estudos de mercado de forma a avaliar a capacidade de escoamento dos produtos?

Estudos de mercado não propriamente, apenas adquiri vários contactos de negociantes de gado a quem vendo os animais e mantenho-me actualizado dos resultados dos leilões de bovinos para ter uma noção dos valores de mercado.

5 – Acompanha o desenvolvimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação numa perspectiva de proceder à sua constante actualização na exploração? Porquê?

Utilizo as novas tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente o site do IFAP onde tenho acesso à área reservada e que me actualiza de todas as notícias, evitando a minha ida constante a associações

esclarecer dúvidas. Também acompanho os leilões de bovinos através da internet que dá quase na hora os resultados que podem ser úteis para o fechar de um negócio.

6 – Quais foram as preocupações ambientais presentes aquando da elaboração do projecto de instalação e de que forma são actualmente integradas as questões ambientais na sua exploração?

Tenho a exploração na Produção Integrada que é uma Medida Agro-Ambiental que me ajuda a ter mais noções na protecção do ambiente. Tenho as questões ambientais muito presentes em mim e desde que me instalei até aos dias de hoje tenho vindo a alterar muitos erros que se cometiam no passado devido às mentalidades que desrespeitavam totalmente o ambiente.

7 – Quais as alterações que perspectiva ver consideradas na nova PAC, nomeadamente que possibilitem contrariar o decréscimo significativo no efectivo de bovinos registado na região do Alentejo?

Apesar de não estar nada definido diz-se que vão passar as quotas das vacas para o RPU o que na minha opinião só vai aumentar ainda mais o decréscimo do efectivo pecuário, como tal espero que tal não aconteça.

8 – A sua exploração detém, além da produção de bovinos, uma área de olival tradicional. Em que medida esta diversificação de orientações produtivas contribui para o sucesso da exploração?

O olival que tenho esteve praticamente abandonado e tenho vindo a melhorá-lo de forma a poder ter alguma rentabilidade. Acho importante haver diversificação numa exploração porque nos anos em que uma área possa estar pior pode ser compensada por outra.

9 – Sabemos que existe a possibilidade de beneficiar do regadio de Alqueva. Quais as mais-valias esta medida poderá significar para a sua exploração?

Tenho 45 ha que já beneficiam do regadio do Alqueva e que podiam deixar a minha actividade muito mais desafogada em termos financeiros. Tenho como objectivo aplicar um sistema de regadio que me permita fazer novas culturas para comercializar ou como forma de alimento para os bovinos que iria permitir aumentar o efectivo, mas todo o investimento que tenho feito até ao momento tem adiado a concretização desse objectivo.

UMA PALAVRA DE UM JOVEM AGRICULTOR PARA OS JOVENS AGRICULTORES?

Costumo dizer que quanto mais tempo passa mais gosto de Agricultura e com tantas dificuldades que nos deparamos nesta área só mesmo uma grande paixão pelo que se faz permite ultrapassar tantos obstáculos. Depois de estarmos bem “enraizados” temos a melhor profissão do Mundo!!!



ACRC – ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DA RAÇA CACHENA

Alberto Ferreira | Presidente da Associação dos Criadores da Raça Cachena

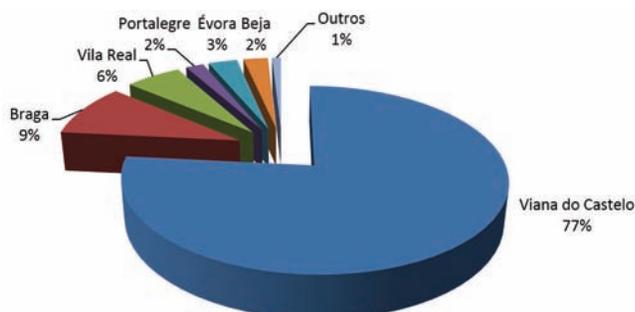
A Associação de Criadores da Raça Cachena – ACRC foi fundada a 25 de Novembro de 1993, no concelho dos Arcos de Valdevez, tendo por finalidade a preservação e melhoramento, bem como a promoção, a investigação, a experimentação, a demonstração, divulgação e outras ações técnicas e económicas que visassem o desenvolvimento dos produtos com origem na raça Cachena e a formação profissional dos seus associados.

No ano seguinte, em colaboração com a Direção Geral da Pecuária e a Secretaria Técnica do Livro Genealógico dos bovinos de raça Barrosã, iniciou-se o Registo Zootécnico desta raça, considerando-a um subtipo da raça Barrosã. Nesse ano foram registados no livro de Adultos, a título inicial, 273 animais, nos concelhos de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca.

Em 1998, após definitivo reconhecimento da raça Cachena como distinta de todas as outras raças nacionais, o Livro Genealógico ficou completamente individualizado do da raça Barrosã, instalando-se no concelho de Arcos de Valdevez, onde a Associação de Criadores de Raça Cachena tem a sua sede social e onde existe o maior número de criadores e animais.

A ACRC representa, atualmente, 446 criadores, maioritariamente localizados no Distrito de Viana do Castelo, mantendo estreita colaboração com as instituições locais e regionais do sector.

Distribuição dos Criadores da raça Cachena por Distrito



A raça Cachena é uma raça de alta montanha com características de rusticidade inultrapassáveis, chegando mesmo a passar os Invernos rigorosíssimos ao ar livre, sendo a sua alimentação, regra geral, constituída por ervas raquíticas e mato menos endurecido, que estas encontram em altitudes acima dos 1.000 metros. Esta raça de porte muito pequeno, não chega a atingir 1,15 metros ao garrote.

Existiu desde sempre em quase todo o Parque Nacional da Peneda-Gerês, mas esteve praticamente extinta, mercê dos cruzamentos de absorção feitos com a raça Barrosã.

A raça Cachena foi também apelidada de “*Barrosão ananizado*” pelos zootecnistas antigos e responde popularmente pelos nomes de “*Vilarinha*” (em memória da população desaparecida de Vilarinho das Furnas), “*Cabreira*” (por serem oriundas da povoação de Cabreiro ou por se assemelharem a cabras em pastoreio livre nas serras) e “*Caramelha*”.

Assim, ainda que tenha semelhanças morfológicas com a Barrosã, possui características próprias que a distinguem desta: cabeça mais comprida, frente retangular e plana, perfil reto, secção e disposição dos cornos distinta, etc.

O plano de melhoramento da raça Barrosã fez-se em toda a área de criação desta raça, chegando mesmo a ser cedidos, gratuitamente pelo Parque Nacional, touros de raça Barrosã para melhorar o efetivo pecuário. Daqui resultou uma redução significativa do número de animais característicos que satisfizessem as exigências mínimas para serem registados no livro de adultos do Registo Zootécnico, podendo afirmar-se que, no início dos trabalhos, não existiam mais do que poucas dezenas de bovinos com características étnicas bem definidas que se pudesse afirmar serem verdadeiros Cachenos.

Tendo sido uma vaca de múltiplas funções, atualmente é explorada principalmente para produção de carne (vitela) e cada vez menos pelo seu trabalho.

Mas Rodrigues de Morais (1900) dizia que as vacas leiteiras das regiões onde existem agora fábricas de manteiga pertencem, no Minho: à Barrosã ou sua derivada a Pisca, à Galega (vermelha fina), e à Cabreira; e na Beira à raça Arouquesa e à sua variedade dita Caramuleira.

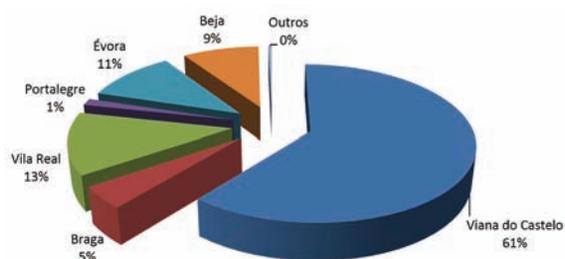
Na região de Arcos de Valdevez, já nessa altura, havia uma fábrica em Aboim das Choças para fabrico de manteiga, que cessou a sua atividade nos anos sessenta, cujo leite para esta indústria era fornecido pelas vacas de raça Cachena. Este autor refere também «A raça dita Cabreira é uma raça de montanha; é a normanda de Portugal, pequena, robusta e sóbria. Ela é criada exclusivamente na circunscrição administrativa de Arcos de Valdevez, de onde saem apenas alguns exemplares que irradiam para as circunscrições limítrofes. O leite que elas dão é em pequena quantidade, como permite a sua forma, mas ela é boa leiteira, guardadas todas as proporções».

No final do século passado esta produção teve algum sucesso com o queijo “Brandas da Cachena”, mas por questões relativas ao difícil maneio e às exigências sanitárias cada vez maiores já não é utilizada nesta função.

Como a zona onde está inserida é feita de pequenos socalcos, é também utilizada na função trabalho, ainda que a sua pouca corpulência a coloque em desvantagem em relação ao bovino Barrosão que geralmente com ela coabita. O êxodo populacional para os grandes centros urbanos e da emigração para o estrangeiro, fazem com que estas pequenas parcelas de terreno agrícola estejam a ficar cada vez mais abandonadas, sendo a cultura do milho cada vez mais abandonada e assim diminuindo o valor dos animais de trabalho.

Atualmente, o efetivo total da raça é de perto de 4.000 fêmeas em linha pura e 240 machos, distribuídos por 10 distritos e 26 concelhos, mantendo-se, uma grande preponderância do distrito de Viana do Castelo, apesar do numeroso efetivo existente no Sul de Portugal (distritos de Beja e Évora).

Distribuição dos Animais Registados no Livro Genealógico por Distrito



Com o regime de criação desta raça em livre pastoreio em serras e baldios, é cada vez mais preponderante a função de produção de carne, nomeadamente a carne de vitela.

Esta produção tem Denominação de Origem Protegida através da designação “Carne Cachena da Peneda – DOP”. Aplicando-se à carne proveniente de carcaças, meias carcaças ou peças

refrigeradas provenientes do abate de animais da raça Cachena, inscritos no Livro Genealógico, nascidos, criados e abatidos de acordo com as regras estipuladas no caderno de especificações e na área geográfica de produção, com exigências bastante rigorosas.

A área geográfica de produção da Carne Cachena da Peneda – DOP ficou delimitada às freguesias de Sistelo, Gavieira, Cabreiro, Gondoriz, Carralcova, Couto, Grade, Ermelo, Cabana Maior, Soajo e Vale, do concelho de Arcos de Valdevez; Castro Laboreiro, Lamas de Mouro, Parada do Monte e Gave, do concelho de Melgaço; Merufe, Tangil e Riba de Mouro do concelho de Monção; Lindoso, Britelo, Ermida, Germil, S. João Baptista, Entre Ambos-os-Rios, Sampriz e Azias, do concelho de Ponte da Barca; Aboim da Nóbrega, Gondomar e Valdreu, do concelho de Vila Verde; e Cibões, Gondoriz, Brufe e Campo do Gerês, do concelho de Terras de Bouro.

É nesta área de montanhas íngremes e vegetação escassa que esta raça sobreviveu até aos nossos dias, guardando na sua constituição os genes da resistência e rusticidade que lhe permitem ser o parco rendimento do povo que ali habita e que delas cuida e se alimenta.





PAGAMENTOS DIRECIONADOS PARA A PRODUÇÃO

David Catita | Associação de Criadores Limousine

As propostas da Comissão e do Parlamento Europeu relativamente à reforma da Política Agrícola Comum vão no sentido de uma abordagem mais ambiental, concordante com a posição da Europa em termos ambientais.

Neste contexto, importa aprofundar a questão dos apoios atribuídos à pecuária, atividade basilar em muitas regiões sendo esta atividade uma das únicas que possibilita o aproveitamento sustentado de áreas de elevada importância ecológica como o montado. Os montados de sobre e azinho



são floresta de manutenção obrigatória fortemente geradores de bens públicos (sequestro de carbono, produtos de qualidade, proteção do solo, paisagem, fomento da biodiversidade, etc.) havendo um reconhecimento pela sociedade destes valores. Importa defender uma majoração, com significado, ao pagamento base nestas áreas, dentro das possibilidades de pagamentos para áreas com condicionantes naturais, que fomente o uso multifuncional dos montados garantindo a sua preservação e conservação, evitando assim o seu abandono.

Relativamente às vacas aleitantes tem-se discutido muito se haverá desligamento ou não, mas na verdade trata-se de uma questão secundária. Importa, antes de mais, refletir sobre a questão de quem recebe os apoios atribuídos neste contexto. Os apoios, leia-se pagamentos financeiros, são atribuídos a quem tem direitos, ou seja, a quem conseguiu de alguma forma obter um direito administrativo de atribuição, ao qual tem de afetar um bovino fêmea. Quem não conseguiu comprar ou não lhe foram atribuídas quotas não tem direito a este apoio.

Quando se começar a especular sobre qual será o ano de referência para as ajudas às vacas aleitantes, ou seja, qual será o ano tipo em que o valor de ajuda financeira passa para o histórico do agricultor, haverá uma corrida aos direitos, os quais serão comprados e associados a uma fêmea, e mesmo que esse produtor nunca tenha tido animais e depois deixe de ter animais, continuará a receber esse apoio.

Este é um aspeto que deverá ser revisto, uma vez que a lógica deste pagamento é apoiar quem tem gado, de modo a que



não tenha de estar preso a um número demasiado rígido de animais, mas garantindo que recebe uma ajuda a esta atividade. Os pagamentos não deveriam ser atribuídos a quem conseguiu em determinado ano juntar muitos direitos, mas usando, por exemplo, uma média do número de animais que cada criador tenha tido durante um determinado número de anos.

No entanto, o fundo desta questão é a própria lógica da sua atribuição. Este pagamento pretende promover a produtividade da atividade pecuária, e mais concretamente a bovinicultura, e este princípio deveria ser soberano.

A atribuição destas ajudas deveria ser limitada apenas aos animais efetivamente produtivos, ou seja, que produzissem descendência viável, ou, em última análise, aos vitelos nascidos em cada exploração. Não faz sentido que o pagamento esteja associado à vaca. Queremos é ter animais produtivos, que contribuam ativamente para a produção nacional.

“Relativamente às vacas aleitantes tem-se discutido muito se haverá desligamento ou não, mas na verdade trata-se de uma questão secundária. Importa, antes de mais, refletir sobre a questão de quem recebe os apoios atribuídos neste contexto.”

Não podemos admitir que por um produtor ter muitas vacas recebe diretamente muita ajuda. Vacas embalsamadas não fazem o País andar. Queremos vacas que produzam bezerros e por isso direcionem a ajuda para os bezerros.

Acreditem que só assim conseguiremos vencer os desafios agropecuários que se avizinham e colocar a opinião pública do lado dos agricultores, porque os pagamentos sem produção levaram no passado à delapidação da reputação da agricultura, e esse deverá ser um erro que não nos devemos dar ao luxo de cometer duas vezes.

Por último, sublinhando a importância da produção, importa também garantir a qualidade, estando a raça Limousine preparada para ajudar os agricultores a alcançar ambos os objetivos, com animais muito férteis, produtivos, rústicos e dóceis.

www.limousineportugal.com

PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA

46ª FEIRA INTERNACIONAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ALIMENTAÇÃO

CONCURSOS PECUÁRIOS E MUITA ANIMAÇÃO

AGRO 11-14 ABR 2013

11-14 APRIL 2013 · 46th INTERNATIONAL TRADE FAIR FOR AGRICULTURE, CATTLE BREEDING AND FOOD

www.agrobraga.pt

A agricultura é o caminho
Agriculture is the future

AUGUSTO CANÁRIO & AMIGOS
11 ABR 21H30

JOSÉ MALHOA COM BANDA
12 ABR 21H30

ZÉ AMARO COM BANDA
13 ABR 21H30

DIRETO - SOMOS PORTUGAL
14 ABR 14H00

peb PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA

UFI

EURASCO

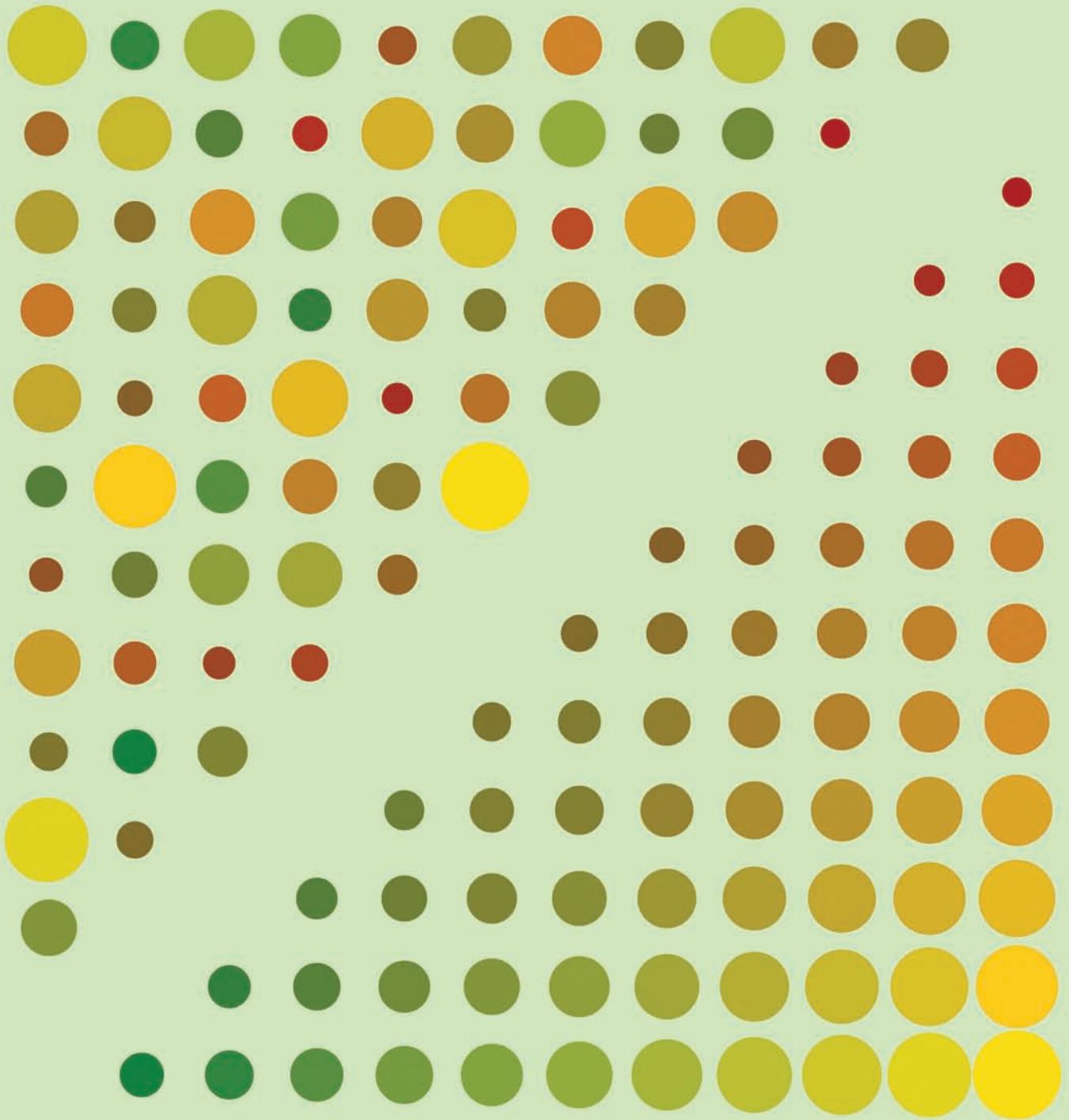
APPE

BRAGA FEIRA INTERNACIONAL

AGROS ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTORES

CA CONFEDERAÇÃO AGROPASTORIL

STAF FEIRAS E EXPOSIÇÕES



fruitgrading In the right place at the right time

Contact-less inspection technology to evaluate fruit quality and maturity state



PELLETS: PRODUÇÃO E CARACTERÍSTICAS

Visabeira Indústria



Produção e características

Os pellets de madeira são um combustível orgânico de forma cilíndrica produzido através de biomassa densificada, proveniente de serrim e de resíduos de madeira.

Com um poder calorífico superior a 17 MJ/kg, o equivalente a 5 kWh/kg, os pellets de madeira possuem teores de humidade e de cinzas abaixo de 10% e de 0,5%, respectivamente, características que permitem uma combustão eficiente, de alto valor energético e praticamente limpa. Por outro lado, a sua elevada densidade, superior a 650 Kg/m³, facilita e otimiza as operações de transporte e armazenamento.



Impacto social

Fazendo o aproveitamento dos resíduos florestais para produção de pellets, a Pinewells gera diversos benefícios de natureza económica, como por exemplo a redução da factura energética e a promoção de actividades capazes de criar emprego e riqueza local. Do mesmo modo, contribui para a fixação das populações, para o combate à desertificação e, em termos estratégicos e ambientais, promove, com a consequente diminuição da dependência energética, os recursos energéticos endógenos.

| Parâmetro | Resultado | Unidades |
|----------------------------|-----------|-------------------|
| Diâmetro | 6 a 8 | mm |
| Densidade | 650 | kg/m ³ |
| Cinzas | <0,7 | % |
| Poder Calorífico | >-5,0 | kWh/kg |
| Emissão de CO ₂ | 0,0 | Neutro |
| Humidade | 9 | % |

Sendo os pellets de madeira um produto de elevado valor energético que requer um fabrico altamente especializado, a Pinewells adopta e segue, na sua especificação técnica, as normas internacionais em vigor, de acordo com a tabela abaixo:

Qualidade

Em 2011, tendo como objectivos:

- Estabelecer um sistema de certificação uniforme a nível Europeu
- Assegurar o fornecimento de pellets de madeira para produção de calor com qualidade consistente e claramente definida
- Estabelecer requisitos de qualidade para:
 - Pellets (EN 14961 -2)
 - Unidades de produção de pellets
 - Logística e entrega ao cliente final

foi criado, na Europa, o novo selo de qualidade ENplus, baseada na EN14961-2, que inclui toda a cadeia de valor dos pellets de madeira - desde a produção até à entrega ao cliente final, garantindo alta qualidade, bem como a transparência. A Pinewells tornou-se o primeiro fabricante português a obter a certificação segundo a norma ENplus, produto A1, pellets doméstico, no âmbito da "Certificação de Pellets de Madeira para Utilização em Sistemas de Aquecimento".

A Pinewells tem como objectivo a produção de um produto de acordo com os mais elevados padrões de exigência, com vista à satisfação total do cliente, e para atingir este objectivo dispõe de um sistema de monitorização permanente dos seus processos produtivos, recorrendo para tal a laboratórios internos e externos. Estes levam a cabo todas as análises necessárias ao produto, nos seus diversos estágios de produção, bem como às matérias-primas recepcionadas, assegurando a sua conformidade com os requisitos de qualidade exigidos.

A Pinewells considera ainda, da maior relevância a aposta na qualificação dos seus recursos humanos, através de formação contínua e do envolvimento dos colaboradores no projecto e nos objectivos da empresa.

Pinewells, S.A. - Zona Industrial de Relvinha, Sarzedo
3300 - 416 Sarzedo AGN - Portugal | T. +351 235 240 940 | F. +351 235 240 949
E. pinewells@visabeiraglobal.com | GPS N 40.264° W 8.076°

Itinerários para a Pinewells

Vindo de Lisboa : Tome a A1 em direcção ao Porto. Após 196 km, na saída 13 - Coimbra Norte, saia para o IP3 em direcção a Viseu. Passados 28 km, na saída 13, saia para o IC6 em direcção a Covilhã. Decorridos 16 km saia para a N342-4 em direcção a Arganil. Após 2 km está na Zona Industrial da Relvinha, encontrando a Pinewells do seu lado direito.

Vindo do Porto: Tome a A1 em direcção as Lisboa. Após 95 km, na saída 13 - Coimbra Norte. saia para o IP3 em direcção a Viseu. Passados 28 km, na saída 13, saia para o IC6 em direcção a Covilhã. Decorridos 16 km saia para a N342-4 em direcção a Arganil. Após 2 km está na Zona Industrial da Relvinha, encontrando a Pinewells do seu lado direito.

Saiba mais em www.pinewells.pt



TENDÊNCIAS DE COOPERAÇÃO ENTRE A AJAP E O SECTOR AGRÁRIO EM MOÇAMBIQUE: Oportunidades, Desafios e Perspectivas

Salím Cripton Valá | Secretário Permanente do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) Moçambique

1. Enquadramento

Portugal e Moçambique possuem uma história de mais de cinco séculos, desde os tempos já idos em que Vasco da Gama procurava o caminho marítimo para a Índia. Mesmo sem ser o objectivo principal e a meta da missão, Moçambique nunca mais saiu da “Memória Colectiva da Nação Portuguesa”, situação que veio a conhecer um novo capítulo com o advento da “Conferência de Berlim” e a necessidade de ocupação efectiva dos territórios do “além-mar”.

A agricultura é uma actividade económica de vital importância para o desenvolvimento e prosperidade dos Povos de Portugal e Moçambique. A cooperação histórica entre portugueses e moçambicanos no domínio da agricultura é de tal forma evidente que é muito frequente identificar hoje agricultores de origem portuguesa em territórios agrícolas por excelência em Moçambique, como no Limpopo, Angónia, Montepuez, Cuamba, Sussundenga, Gurué, Mocuba, Marromeu, Boane, Monapo e Massinga. O Colonato do Limpopo foi um caso paradigmático do convívio entre portugueses e moçambicanos no quadro da promoção da agricultura, do incremento económico e da materialização dos “Ideais do Lusotropicalismo”.

Essa cooperação que não foi significativa nos primeiros 16 anos após a independência de Moçambique, mas tem ganho gradualmente novo ímpeto ao ponto de nos últimos anos estar a assistir-se a um movimento de jovens portugueses em direcção a Moçambique (e também a Angola), em virtude da profunda crise que abala a economia e a sociedade portuguesas, fenómeno esse estigmatizado pela austeridade, desemprego, pobreza e gritante falta de oportunidades. Tendo em conta o quadro de referência aqui traçado, nutro a convicção de que a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) tem a oportunidade e a possibilidade ímpares de mudar o paradigma da cooperação agrária entre Portugal e Moçambique.

2. Oportunidades

Moçambique é um país que comporta múltiplas oportunidades para o acolhimento de jovens agricultores portugueses possuidores de espírito inovativo, capacidades empreendedoras e vontade férrea de abraçar e “tocar para frente” negócios agrários e em áreas correlacionadas com a agricultura. Possui uma superfície de 799.380 km², tem cerca de

"A agricultura é uma actividade económica de vital importância para o desenvolvimento e prosperidade dos Povos de Portugal e Moçambique. A cooperação histórica entre portugueses e moçambicanos no domínio da agricultura é de tal forma evidente que é muito frequente identificar hoje agricultores de origem portuguesa em territórios agrícolas por excelência em Moçambique(...)"

24,3 milhões de habitantes (segundo as projecções) e 36 milhões de hectares aráveis, dos quais apenas cerca de 15% são cultivados. Actualmente, cerca de 70% dos habitantes do país vivem nas áreas rurais, mas a agricultura contribui com menos de 25% para o PIB, embora estejam envolvidos nessa actividade perto de 80% da população economicamente activa. Por si só, esses dados confirmam a tese de que a agricultura tem um enorme potencial para combater a fome, fomentar a indústria ligeira, reduzir a pobreza e dinamizar a economia multi-sectorial rural.

Destacar, ainda, o facto de o país possuir cerca de 2.800 km de linha de costa com praias maravilhosas, elevado potencial para a actividade pesqueira, três corredores de desenvolvimento servindo o *hinterland*, elevado potencial para produção de energia a custos baixos e para exploração florestal sustentável. A economia moçambicana é essencialmente agrária, com pouca ligação com a indústria transformadora, embora nos últimos anos se assista ao incremento da indústria extractiva. A agricultura é dominada pelo sector familiar e, segundo o último Censo Agro-Pecuário (CAP, 2010), das explorações agrícolas existentes cerca de 99% são classificadas como sendo pequenas e médias. Esses factores atrás referidos conjugados com um quadro legal e institucional favorável ao investimento afiguram-se como eixos primordiais para o

fortalecimento da aproximação entre os jovens agricultores portugueses e o sector agrário e rural em Moçambique.

3. Desafios

Apesar das enormes e diversificadas oportunidades existentes de colaboração e parceria, não deixam de existir alguns desafios para a actual fase de cooperação entre Moçambique e Portugal na área agrária. Um primeiro desafio tem a ver com a comunhão de propósitos entre as instituições privadas, públicas, civis, financeiras e educacionais dos dois países, no sentido de abraçarem uma agenda comum de trabalho, e com responsabilidades partilhadas. Acresce ainda o movimento positivo, mas certamente insuficiente, de implantação de novas infra-estruturas que permitam atrair investimentos para as áreas rurais (como pequenos sistemas de regadio, barragens e diques, tanques carracidas e mangas de tratamento, silos e armazéns, mercados e feiras agrárias, entre outras), o potenciamento das PME's, o reforço da formação técnico-profissional, a dinamização dos mercados agrários e o fortalecimento do sistema financeiro.

Importa, pois, trabalhar de forma articulada para a construção de uma plataforma comum de colaboração para explorar o potencial ainda dormente no sector agrário e rural em Moçambique. Traduzindo isso para a "linguagem agrária", importa referir que há inúmeras oportunidades a explorar na produção de arroz, amendoim, feijões, batata-reno, algodão, chá, coco, soja, inhame, gergelim, tabaco, cana-sacarina, mapira, mexo-eira, batata-doce, milho e mandioca. Existem, igualmente, óptimas condições para a criação de bovinos, caprinos, ovinos, suínos, aves de pequena espécie, bem como o desenvolvimento da piscicultura e da exploração florestal.

O que falta então para materializar essa cooperação virtuosa e vantajosa para ambos os lados? Faltam empresários visionários e empreendedores, que tenham projectos bancáveis, que estejam dispostos a arriscar, que optem por trabalhar arduamente para materializar seus sonhos e tenham a ambição para construir novas e inovadoras pontes de cooperação agrária entre Moçambique e Portugal. Falta a crença e o espírito ousado para derrubar a hesitação e quebrar o medo do insucesso. Falta, também, a atitude para lutar por forma a mostrar que os jovens agricultores portugueses podem construir "nichos especiais de prosperidade" aliando-se com os seus pares moçambicanos na cognominada "*Pêrola do Índico*".

4. Perspectivas

Moçambique e Portugal estão entrosados de tal forma que não há como não reconhecer nitidamente os laços históricos, culturais, económicos e até simbólicos resultantes de um percurso comum. Sendo um veículo da cultura, a língua é um capital valioso que nos aproxima, nos toca o coração e nos

faz sentir parte de uma mesma "Constelação Identitária" bem pavimentada institucionalmente pela CPLP.

Tendo em conta a experiência do passado, mostra-se imperioso ter uma visão (de longo prazo) partilhada, identificar brechas, erguer pontes entre acções bem sucedidas em curso, aumentar a escala das intervenções, promover "parcerias de tipo novo" e consolidar a coordenação entre instituições de jovens agricultores de Portugal e Moçambique. É fundamental que a AJAP identifique e articule parcerias estratégicas com organizações congéneres de Moçambique, para formular e implementar projectos em que os jovens agricultores dos dois lados tirem vantagens tangíveis.

A agricultura, sendo uma actividade que fornece ao Homem os bens mais essenciais à sua vida e mais imprescindíveis à sua existência, está devidamente posicionada para ser o eixo de confluência dos interesses dos jovens agricultores portugueses e moçambicanos focalizados em insuflar nova adrenalina na economia desses dois países irmãos. Obviamente que as perspectivas são bastante promissoras mas o caminho a percorrer é ainda longo e sinuoso. Todavia, nenhum obstáculo está fora do alcance dos jovens agricultores, esse grupo etário com energia, talento e sentido inovativo, perseverança, criatividade e irreverência.



BOLSA NACIONAL DE TERRAS

A Bolsa Nacional de Terras foi criada pela Lei n.º 62/2012. Segundo a referida Lei, a Bolsa de Terras tem por objectivo facilitar o acesso à terra através da disponibilização para arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência, de terrenos com aptidão agrícola, florestal ou silvo-pastoril, de domínio privado do Estado, das autarquias locais ou entidades públicas, ou pertencentes a entidades privadas. Relativamente à cedência de terras do Estado será dada preferência aos Jovens Agricultores (agricultores com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos), proprietários agrícolas ou florestais com terrenos vizinhos, organizações de produtores (ou membros), cooperativas, sociedades de agricultura de grupo ou agrupamento complementares de exploração

agrícola, projectos de investigação ou de produção em modo biológico ou produção integrada.

A gestão da Bolsa de Terras está atribuída ao Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território através da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural - DGADR (www.dgadr.pt), que irá disponibilizar um sistema de informação, em suporte informático e com acesso para consulta com informação sobre os prédios disponibilizados, nomeadamente área, aptidão agrícola, florestal ou silvo-pastoril, principais características do solo e eventuais restrições de utilização.



30^a
OVI
BEJA

24 a 28 de Abril 2013
Todo o Alentejo deste mundo



AGRO-AMBIENTAIS E SILVO-AMBIENTAIS

Portaria n.º 49/2013, DR I n.º 24, de 4 de Fevereiro
Regulamento de Aplicação das Componentes Agro-Ambientais e Silvo-Ambientais da Medida n.º 2.4, Intervenções Territoriais Integradas, do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

Portaria n.º 47/2013, DR I n.º 24, de 4 de Fevereiro
Regulamento de Aplicação da Medida n.º 2.2, Valorização de Modos de Produção, do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), que integra a Acção n.º 2.2.1, designada Alteração de Modos de Produção Agrícola, e a Acção n.º 2.2.2, designada Protecção da Biodiversidade Doméstica.

ALEATORIEDADES CLIMÁTICAS

Portaria n.º 45/2013, DR I n.º 24, de 4 de Fevereiro
Relativo ao Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoriedades Climáticas.

APOIOS IFAP

Decreto de Lei n.º 16/2013, DR I n.º 19, de 28 de Janeiro
Estabelece o regime dos juros aplicável no reembolso de verbas no âmbito de apoios concedidos pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., à agricultura, ao desenvolvimento rural, às pescas e aos sectores conexos.

PATRIMÓNIO OLEÍCOLA - MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS

Despacho Normativo n.º 4/2013, DR II n.º 21, de 30 de Janeiro
Relativo à medida agro-ambiental de protecção do património oleícola.

PECUÁRIA

Despacho Normativo n.º 3/2013, DR II n.º 19, de 28 de Janeiro
Relativo ao aumento do envelope financeiro da ajuda ao leite de vaca e à transferência da medida de apoio às raças autóctones para o grupo de medidas agro-ambientais, a aplicar às candidaturas apresentadas no ano de 2012.

PROGRAMA APÍCOLA NACIONAL

Despacho Normativo n.º 2/2013, DR II n.º 16, de 23 de Janeiro
Estabelece as regras complementares de aplicação do Programa Apícola Nacional (PAN), para o triénio 2011-2013.

REQUISITOS LEGAIS DE GESTÃO

Aviso n.º 1848/2013, DR I n.º 26, de 6 de Fevereiro
Lista de indicadores, relativa aos requisitos legais de gestão aplicáveis a partir de 1 de Janeiro 2013.

VITIVINICULTURA

Regulamento (UE) n.º 144/2013, JO L n.º 47, de 19 de Fevereiro
Relativo a determinadas práticas enológicas e às restrições que lhes são aplicáveis, bem como à inscrição dessas práticas nos documentos que acompanham o transporte dos produtos vitivinícolas e aos registos a manter no sector vitivinícola.

Portaria n.º 74/2013, DR I n.º 33, de 15 de Fevereiro
Estabelece, para o continente, as normas complementares de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas e fixa os procedimentos administrativos aplicáveis à concessão das ajudas previstas para a campanha vitivinícola de 2013-2014.

Portaria n.º 40/2013, DR I n.º 23, de 1 de Fevereiro
Cria um apoio financeiro destinado aos viticultores cujas parcelas de vinha, situadas em várias freguesias e concelhos, sofreram danos causados pela queda de granizo nos meses de Maio e Julho de 2012.

Portaria n.º 21/2013, DR I n.º 15, de 22 de Janeiro
Regulamento do Apoio à Promoção do Vinho e dos Produtos Vínicos no Mercado Interno.

Despacho n.º 426/2012, DR II n.º 251, de 28 de Dezembro
Regulamenta o Decreto-Lei n.º 94/2012, de 20 de Abril, que revê o regime das taxas incidentes sobre os vinhos e produtos vínicos.



SAA | Serviço de Aconselhamento Agrícola
A AJAP é Valor para o Agricultor

ADIRA ao Serviço de Aconselhamento Agrícola

ACONSELHAR

CONDICIONALIDADE



SEGURANÇA NO TRABALHO



PARA VALORIZAR
A SUA EXPLORAÇÃO

CONTACTE O TÉCNICO AJAP DA SUA REGIÃO